

Conflitos causam a primeira baixa

Os conflitos em torno da política de combate à inflação marcaram a semana. No final, apenas uma baixa: Juarez Soares, demitido da Diretoria da Dívida Pública do Banco Central, na quinta-feira, depois de haver aumentado os juros para 50% ao mês.

No confronto mais duro, governadores de Estados pediram ajuda ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, para livrar-se do pagamento da dívida externa exigido pelos ministros econômicos. Ao mandar ao Congresso a proposta orçamentária da União para 1989, o ministro do Planejamento, Jodo Batista de Abreu, transferiu a Estados e municípios o encargo de pagar

25%, da dívida acumulada até 31 de dezembro deste ano e 25%, dos compromissos a vencer em 1989. Os governadores querem pagar somente 10% dos débitos do próximo ano, fazendo o Banco do Brasil rolar o resto "por conta e risco do Tesouro". Se os congressistas apoiarem a pretensão dos governos estaduais, terão de cortar mais despesas do orçamento da União. A briga gira em torno, afinal, do problema do déficit público. Não adianta o governo federal tentar ajustar seu orçamento se não houver, também, um aperfeiçoamento nas contas das empresas estatais e dos governos do Estados e dos municípios. Sem isso o combate à inflação não irá para a frente.

A guerra política, no entanto,

tem muitas frentes e muitos participantes. Dentro do Executivo não há consenso a respeito da política do feijão-com-arroz, defendida pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. Por enquanto, prevalece a sua opinião. Também não há consenso entre o Executivo e os constituintes favoráveis ao juro real máximo de 12%, ao ano. Segundo parecer do consultor-geral da República, Saulo Ramos, essa exigência constitucional não é auto-aplicável. O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), principal defensor do limite, pediu ao Supremo Tribunal Federal um pronunciamento a favor da aplicação imediata da norma.

No meio do entrevero — e antes de uma resposta do Judiciário —,

Juarez Soares decidiu puxar para 50%, os juros no mercado aberto. Foi um dia de enorme confusão e de muitos boatos. Soares acabou demitido, embora sua política de juros altos seja considerada basicamente correta pelo ministro da Fazenda. Apenas um ponto duvidoso: juros elevados não têm sido suficientes para retirar do mercado o excesso de dinheiro nem para impedir a alta das ações.

Os conflitos vão continuar, num quadro de inflação em alta e com mais elementos do que em qualquer outro momento dos últimos vinte anos — restrições constitucionais, resistência dos governadores, um Congresso mais ativo e com mais poderes para interferir nas políticas financeira e monetária.